

PROCESSO	- A.I. Nº 09238824/02
RECORRENTE	- ÁGUIA BRANCA CARGAS LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM	- IFMT-DAT/SUL
INTRANET	- 22.10.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0371-12/02

EMENTA: ICMS. INADMISSIBILIDADE DE RECURSO. INTEMPESTIVIDADE. Recurso interposto fora do prazo legal. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão não unânime

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 08/05/2002, cobra ICMS no valor de R\$1.642,70, por ter sido encontrada mercadoria circulando “sem doc. fiscal própria para a operação”.

Em 12/06/02, como se constata no documento de fl. 13 do processo, foi protocolada a defesa apresentada pela Empresa, e em 13/06/02, a Inspeção de Ilhéus remete Intimação à Empresa dando conta de que sua peça defensiva foi arquivada por ter sido apresentada fora do prazo legal.

Inconformada, a Empresa apresenta Impugnação ao Arquivamento onde diz que, nos termos da legislação atual, o direito de petição pode se dar por remessa via postal, citando regulamentação do COSIT e o Regulamento do IR de 1999, para lastrar suas razões. Afirma a Empresa que o prazo, quando se usa a via postal, será contado da data da postagem e não do seu recebimento e, no caso, a data de postagem deu-se em 07/06/02, dentro, portanto, do prazo legal de 30 dias para apresentação de defesa.

Após citar o artigo 123, parágrafo 4º, do RPAF/99, ao qual deu interpretação favorável ao seu caso, a Empresa pede seja conhecida sua Impugnação para que seja desarquivada sua defesa. A autuante, chamada a intervir no processo, após acatar as razões da Empresa, colocadas na Impugnação, pede seja julgado Procedente o Auto de Infração.

A PROFAZ, em seu Parecer, após análise, opina pelo Não Conhecimento da Impugnação, pois a mesma foi apresentada após o prazo de 10 dias, prazo expresso no artigo 173, parágrafo 1º, do RPAF.

VOTO

Realmente a Impugnação ao Arquivamento da defesa foi apresentada em 01/07/02, intempestivamente, já que o AR dando conta do arquivamento da defesa está datado de 17/06/02, como se constata do doc. de fl. 46. O voto, portanto, é pelo **NÃO CONHECIMENTO** da Impugnação ao Arquivamento de defesa por ser o mesmo intempestivo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **NÃO CONHECER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado com referência ao Auto de Infração nº 09238824/02, lavrado contra **ÁGUIA BRANCA CARGAS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.624,70**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, "a", da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

VOTOS VENCEDORES: Conselheiros (as) José Carlos Boulhosa Baqueiro, Ivone de Oliveira Martins, José Raimundo dos Santos, Ciro Roberto Seifert, Helcônio de Souza Almeida.

VOTOS VENCIDOS - Conselheiros (as) José Carlos Barros Rodeiro.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de Outubro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFZ